



# CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES PARAÍBA|2025

## CADERNO DE PROPOSTAS síntese da etapa municipal

# 6ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES - PARAÍBA

## SISTEMATIZAÇÃO DA ETAPA MUNICIPAL

### A Política Estadual de Desenvolvimento Urbano

#### Objetivos

#### Diretrizes Gerais da PEDU

#### PROPOSTAS NACIONAIS

##### 1. Proposta Aditiva 01 — Aparecida

Dar prioridade ao apoio técnico e financeiro aos municípios de pequeno porte, especialmente àqueles localizados na região do Semiárido, com vistas à efetivação da função social da cidade e da propriedade, superação das desigualdades socioespaciais e fortalecimento da participação social através dos Conselhos das Cidades;

##### 2. Proposta Aditiva 02 — Aparecida

Que a adesão aos Conselhos Municipais da Cidade se torne condição obrigatória para acessar os programas federais da PNDU, fortalecendo a governança democrática e a participação social nas decisões urbanas;

##### 3. Proposta Aditiva 03 — Areia

Valorizar a importância das cidades históricas e considerá-las como eixos estruturantes do território e patrimônio cultural, exigindo ações específicas de preservação e requalificação urbana, entre elas, um Plano Urbano Integrado que articule mobilidade, habitação, acessibilidade, infraestrutura e ordenamento territorial, com foco na inclusão social, sustentabilidade ambiental, participação cidadã e valorização dos centros urbanos históricos. As ações devem adotar como diretrizes prioritárias:

- Padronização das calçadas com acessibilidade universal;
- Normatização da infraestrutura urbana (postes, sinalização e acessos);
- Requalificação de vias em áreas urbanas e históricas tombadas;
- Integração urbano-rural com incentivo ao turismo rural e ecológico;
- Planejamento da expansão urbana com proteção ao patrimônio histórico e paisagístico;

##### 4. Proposta Aditiva 04 — Boqueirão e Cabaceiras

Alterar o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) para tornar obrigatória a elaboração e implementação de planos diretores participativos em todos os municípios, incluindo aqueles com menos de 20 mil habitantes. O plano deve estabelecer zoneamento urbano, assegurando a qualificação de espaços públicos para habitação, mobilidade, urbanização, recreação, lazer e proteção ambiental. Além disso, a lei deve prever mecanismos efetivos de participação popular – com escuta, deliberação e revisões periódicas –



garantindo o envolvimento da sociedade civil e dos segmentos sociais no processo.

## **EIXO 1: ARTICULAÇÃO ENTRE OS PRINCIPAIS SETORES URBANOS E COM O PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

### **a) Diretrizes e Propostas para as Políticas de Habitação e Regularização Fundiária da PEDU**

#### **PROPOSTAS NACIONAIS**

#### **1. Proposta Aditiva — Cabaceiras, Caaporã, Maturéia, Pedras de Fogo, Santa Luzia e Tenório**

Combater o déficit habitacional por meio da ampliação do orçamento da União destinados à Política Nacional de Habitação, agilizando os repasses federais para construção de novas unidades habitacionais financiadas com recursos públicos, priorizando a oferta em áreas vulneráveis nas zonas urbanas e rurais.

#### **2. Proposta Aditiva — Montadas**

Fortalecer as políticas de habitação e inclusão socioeconômica através da ampliação de crédito e das linhas de financiamento para Habitação de Interesse Social, programas de regularização fundiária com suporte integral (técnico, jurídico e financeiro), expansão da conectividade na zona rural e incentivo ao acesso a crédito para sistemas de energia renovável, visando o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades territoriais por meio desses pilares fundamentais.


#### **3. Proposta Aditiva — Aguiar, Arara, Cabedelo, Catolé do Rocha, Logradouro e Pedras de Fogo**

Articular políticas federais, estaduais e municipais de habitação, regularização fundiária e saneamento, promovendo ações coordenadas que considerem o planejamento integrado e a efetividade das políticas públicas nas áreas urbanas e rurais, ampliando a oferta conjuntos habitacionais em áreas dotadas de infraestrutura básica (água, esgoto, drenagem, gestão de resíduos sólidos e transporte acessível) e equipamentos públicos.

#### **4. Proposta Aditiva — Montadas**

Fortalecer as políticas de habitação e inclusão socioeconômica através da ampliação de crédito e das linhas de financiamento para Habitação de Interesse Social, programas de regularização fundiária com suporte integral (técnico, jurídico e financeiro), expansão da conectividade na zona rural e incentivo ao acesso a crédito para sistemas de energia renovável, visando o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades territoriais por meio desses pilares fundamentais.

#### **5. Proposta Aditiva — Itapororoca**



Ampliar os programas habitacionais de aquisição da casa própria, com livre acesso de acompanhamento do beneficiário por meio de aplicativo; entre os parceiros municipais, estaduais e federais.

#### **6. Proposta Aditiva — Cuitegi**

Garantir financiamento permanente, direto e não oneroso para municípios com alto índice de déficit habitacional, priorizando a construção de habitações com infraestrutura básica, regularização fundiária e atendimento à população de baixa renda cadastrada no CadÚnico.

#### **7. Proposta Aditiva — João Pessoa**

Criar uma política pública para as pessoas em situação de rua, que ocupam essencialmente as áreas do centro das cidades, sobretudo os casarões históricos abandonados, com ações especiais para as pessoas com dependência química e com a ampliação do número de centros populares de atendimento (abrigo e equipamentos da assistência social) nas áreas centrais.

#### **8. Proposta Aditiva — Arara, Cabaceiras e Pedra Lavrada**

Prever e garantir critérios sociais na seleção dos beneficiários dos programas habitacionais, respeitando os princípios de inclusão social e territorial e promovendo a participação das comunidades nos projetos. Devem ser priorizadas mulheres chefes de família, povos e comunidades tradicionais, moradores de áreas de risco e população em situação de vulnerabilidade socioambiental.

#### **9. Proposta Aditiva — Cabaceiras**

Regionalizar a gestão de imóveis rurais, visando promover um planejamento integrado entre áreas urbanas e rurais, articulando políticas fundiárias, ambientais e de desenvolvimento urbano, com respeito às características locais e à função social da propriedade.

#### **10. Proposta Aditiva — Campina Grande e Marizópolis**

Elaborar e instituir Planos de Reassentamentos voltados à população em situação de vulnerabilidade.

#### **11. Proposta Aditiva — Marizópolis**

Mapear e monitorar áreas de risco, visando promover a justiça socioambiental;

#### **12. Proposta Aditiva — Alhandra e Umbuzeiro**

Reavaliar, junto à Caixa Econômica Federal, a burocracia excessiva para a efetivação do processo seletivo e de contratação dos municípios de pequeno porte nos programas habitacionais do Governo Federal, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida;

### **13. Proposta Aditiva — Catolé do Rocha e São José do Sabugi**

Ampliar o acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida para atender à população de áreas rurais, quilombos e assentamentos populares.

### **14. Proposta Aditiva — Monteiro**

Ampliação do programa Minha Casa, Minha Vida Sub 50, para atender à demanda de famílias em situação de vulnerabilidade social.

### **15. Proposta Aditiva — Patos**

Fortalecer a articulação entre os entes federativos — União, estados e municípios — para assegurar uma fiscalização rigorosa e integrada na concessão dos benefícios do Programa Minha Casa, Minha Vida. A medida envolve a criação de comitês interfederativos, o cruzamento de bases de dados sociais e fiscais, a qualificação da atuação municipal fiscalizadora, o incentivo à participação social e a transparência ativa por meio da publicação de relatórios periódicos. Essa articulação visa garantir justiça no acesso à moradia, combater fraudes e assegurar o uso eficiente dos recursos públicos.

### **16. Proposta Aditiva — São José dos Cordeiros**

Os projetos habitacionais federais, especialmente do Minha Casa, Minha Vida, devem obrigatoriamente ser acompanhados de investimentos em infraestrutura urbana, equipamentos públicos (educação, saúde, cultura, esporte), mobilidade, áreas verdes e espaços de uso coletivo, com recursos integrados, como no PAC, assegurando que a habitação seja parte do desenvolvimento urbano e não apenas entrega de unidades isoladas.

### **17. Campina Grande**

Programa de Urbanização Integrada - regularização urbanística, edificação e fundiária;

### **18. Proposta Aditiva — Aparecida, Conde e Santa Cruz**


Instituir Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, com diretrizes nacionais de financiamento que apoiem regularizações fundiárias e melhorias habitacionais em municípios de pequeno e médio porte e que ofereçam suporte técnico-financeiro à REURB.

### **19. Proposta Aditiva — Santa Cruz**

Exigir que os municípios tenham Conselho Municipal da Cidade para ter acesso a programas federais.

### **20. Proposta Aditiva — João Pessoa**

Fazer um inventário dos imóveis do Centro Histórico, com categorizações de acordo com a ocupação existente e por nível de tombamento, para destinação e cumprimento da função social da propriedade, destinando-os de



acordo a sua vocação, seja, habitacional, comércio, equipamentos públicos entre outros, priorizando as pessoas que residem e trabalham no território.

### **21. Proposta Aditiva — Patos e Serraria**

Promover soluções habitacionais sustentáveis por meio do incentivo a técnicas construtivas de baixo impacto ambiental e uso racional dos recursos naturais, estabelecendo como diretriz obrigatória que todos os projetos de engenharia – incluindo infraestrutura, edificações públicas ou privadas, loteamentos, urbanizações ou reformas – incorporem desde a fase de concepção diretrizes claras de integração com o meio ambiente urbano e natural, visando a promoção da sustentabilidade, saúde ambiental e qualidade de vida.

### **22. Proposta Aditiva — São João do Tigre**

Assegurar financiamento permanente e direto para a implementação da Lei de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), fortalecendo a política de moradia digna e reduzindo o déficit habitacional nas pequenas cidades.

### **23. Proposta Aditiva — Campina Grande**

Criar unidades executoras dos Projetos Técnico-Social (PTS).

### **24. Proposta Aditiva — Campina Grande**

Criar de sistema de informação que garanta a transparência e acesso à informação:

- a. Sobre a demanda habitacional no município (tanto do déficit habitacional como das famílias no auxílio moradia, em áreas de risco, em situação de rua, com ameaça de despejo), e os critérios e ordem de priorização dessas famílias nos programas habitacionais, de melhorias e de regularização fundiária
- b. Sobre a produção habitacional e regularização fundiária no município e critérios de seleção de famílias contempladas em cada empreendimento, bem como outras intervenções de urbanização que tenham impacto na questão da moradia (ex.: desapropriação por obras públicas) e as soluções habitacionais para cada situação.

### **25. Proposta Aditiva — Bananeiras, Maturéia, São José do Sabugi e Tacima**

Garantir apoio técnico e financeiro aos municípios brasileiros para a regularização fundiária, com especial incentivo às cidades de pequeno porte, articulando com cartórios a regularização de imóveis e oferecendo suporte jurídico necessário ao processo.

### **26. Proposta Aditiva — Frei Martinho, Guarabira e Nova Palmeira**

Instituir, por meio de legislação federal, um Programa Nacional Integrado de Regularização Fundiária Urbana, com o objetivo de ampliar as ações de regularização nos municípios, garantindo a entrega de títulos de propriedade aos habitantes para assegurar sua segurança jurídica, além de criar um

cadastro unificado contendo dados geoprocessados dos imóveis, informações demográficas e sociais sobre a população e o território.

### **27. Proposta Aditiva — Camalaú, Campina Grande, Pedro Régis e São João do Tigre**

Criar mecanismos legais e administrativos para desburocratizar a Regularização Fundiária Urbana (REURB), especialmente em municípios de pequeno porte, adequando-os às novas regras da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), com medidas que incluam isenção ou subsídio de taxas cartorárias e do ITBI para famílias de baixa renda. O objetivo é agilizar a titulação de terrenos para habitação de interesse social, eliminando entraves jurídicos e administrativos, reduzindo desigualdades socioespaciais e efetivando a função social da propriedade. Para tanto, ampliar e simplificar o Programa de Regularização Fundiária (Reurb) urbana e rural com recursos diretos aos municípios, priorizando o Nordeste e integrando cartórios no processo, através de projeto federal que acelere a regularização em nível municipal.

### **28. Proposta Aditiva — Campina Grande**

Criação e aquisição de equipamentos de *software* para o georreferenciamento, e o estreitamento das parcerias com os Cartórios, Defensoria Pública, Ministério Público e Órgãos ambientais.

## **PROPOSTAS ESTADUAIS**

1. Reduzir o déficit habitacional na Paraíba mediante a ampliação e fortalecimento das políticas públicas estaduais de Habitação de Interesse Social, expandindo os programas habitacionais do Governo do Estado em convênio com o Governo Federal para aumentar a oferta de moradias, priorizando famílias em situação de vulnerabilidade social, de baixa renda e comunidades tradicionais. **(Aguiar, Bayeux, Curral de Cima, Pedra Lavrada, Pedras de Fogo e Tenório)**
2. Ampliar os projetos habitacionais por meio de parcerias com a CEHAP, garantindo a provisão de habitação popular tanto em áreas urbanas quanto rurais. **(Pedras de Fogo e Sertãozinho)**
3. Ampliar programas de habitação, com foco nos pequenos municípios do estado, mediante direcionamento de repasses financeiros para a garantia de moradia digna, segura e adequada em áreas urbanas e rurais, incluindo subsídios para aquisição de terrenos urbanos e apoio técnico para a REURB. **(Aparecida e Natuba)**
4. Ampliar o Programa Estadual 'Paraíba Parceiro da Habitação', expandindo-o para todos os municípios paraibanos, com aumento das cotas habitacionais da CEHAP voltadas especialmente para municípios de pequeno porte, com foco na zona rural e financiamento assegurado pelo programa. **(Bernardino Batista e Camalaú)**

5. Garantir habitação com cotas específicas para mulheres, com destaque àquelas portadoras de deficiências, vítimas de violência doméstica e sexual e/ou em situação de rua. **(Juazeirinho)**
6. **Instituir** Fundo Estadual de Habitação que complemente os recursos municipais e incentive projetos de regularização fundiária e melhorias habitacionais, apoiando, principalmente, os municípios pequenos. **(Conde e Santa Cruz)**
7. Implantar e implementar financiamento público de unidades habitacionais. **(Santa Luzia)**
8. Fortalecer a articulação entre os programas estaduais voltados à habitação e ao saneamento básico, promovendo ações coordenadas que considerem o planejamento urbano integrado e a efetividade das políticas públicas nas áreas urbanas e rurais. **(Logradouro)**
9. Apoio técnico e cofinanciamento para implementação de Planos Municipais de Habitação e Saneamento, priorizando municípios com alta vulnerabilidade social. **(Cuitegi)**
10. Mapear e monitorar áreas de risco, visando promover a justiça socioambiental. **(Marizópolis)**
11. Promover soluções habitacionais sustentáveis por meio do incentivo a técnicas construtivas de baixo impacto ambiental e uso racional dos recursos naturais, estabelecendo como diretriz obrigatória que todos os projetos de engenharia – incluindo infraestrutura, edificações públicas ou privadas, loteamentos, urbanizações ou reformas – incorporem desde a fase de concepção diretrizes claras de integração com o meio ambiente urbano e natural, visando à promoção da sustentabilidade, saúde ambiental e qualidade de vida. **(Patos e Serraria)**
12. Criar Programa Estadual de Apoio ao auxílio aluguel, garantindo recursos complementares e suporte técnico aos municípios com déficit habitacional severo. **(Cuitegi)**
13. Assegurar financiamento permanente e direto para a implementação da Lei de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), fortalecendo a política de moradia digna e reduzindo o déficit habitacional nas pequenas cidades. **(São João do Tigre)**
14. Criar e implementar um Programa de Regularização Fundiária municipal para a população em situação de vulnerabilidade social, realizando campanhas estaduais em parceria com os municípios, usuários e cartórios, com o objetivo de regularizar imóveis de pessoas de baixa renda mediante a oferta de descontos e facilidades financeiras. **(Bernardino Batista, Gurjão e Marcação)**
15. Criar Fundo Estadual de Regularização Fundiária, destinado a financiar projetos estaduais e municipais, estabelecendo critérios de distribuição financeira, baseados em indicadores de vulnerabilidade social, número de prioridades e imóveis a serem regularizados, podendo ser abastecidos por

verbas estaduais, repasses federais e contribuições de parceiros privados, assim como atualizar a legislação e incentivar o processo de regularização fundiária municipal. **(Dona Inês)**

16. Promover a transparência e o acompanhamento contínuo da entrega das escrituras aos moradores, garantindo que 100% das escrituras sejam entregues dentro dos prazos legais e operacionais estabelecidos, além de conscientizar os beneficiários sobre a importância da escritura pública como garantia de posse legal do imóvel. **(Marizópolis)**
17. Desburocratizar a Regularização Fundiária Urbana (REURB) mediante isenção ou subsídio de taxas cartorárias e do ITBI para famílias de baixa renda, agilizando os processos de regularização das habitações populares construídas pelo Estado através da criação de fluxos eficientes entre órgãos responsáveis, cartórios e beneficiários, como forma de efetivar a função social da propriedade e reduzir desigualdades socioespaciais. **(Marizópolis e São João do Tigre)**
18. Incentivo financeiro para cidades de pequeno porte para realizarem a regularização fundiária. **(Tacima)**

## **b) Diretrizes e Propostas para a Política de Saneamento Básico da PEDU**

### **PROPOSTAS NACIONAIS**

#### **1. Proposta Aditiva 01 — Arara**

Garantir que a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano integre metas universais de acesso ao saneamento básico, com prioridade para comunidades urbanas periféricas e assentamentos informais. É necessário ampliar os investimentos públicos na implantação de redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como sistemas de drenagem e manejo de resíduos sólidos, assegurando a participação da população nas decisões sobre os serviços. A política deve promover a gestão pública e comunitária dos serviços, combater a privatização indiscriminada e garantir tarifas sociais para famílias de baixa renda.

#### **2. Proposta Aditiva 02 — Alcântil, Cuitegi e Itatuba**

Promover a execução de políticas públicas de saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos), garantindo investimentos prioritários em assentamentos precários e comunidades vulneráveis, com adoção de tecnologias apropriadas ao semiárido. Além disso, assegurar a expansão dos serviços de saneamento em conformidade com o crescimento populacional, por meio de políticas que conscientizem os cidadãos sobre seus deveres e promovam melhoria da qualidade de vida.

### **3. Proposta Aditiva 03 — Campina Grande, Juazeirinho e São José dos Cordeiros**

Garantir a universalização do acesso ao saneamento priorizando as favelas e comunidades urbanas e rurais, prevendo a implementação de tecnologias adaptadas às condições do semiárido e garantia de financiamento específico para pequenas cidades.

### **4. Proposta Aditiva 04 — Campina Grande e Logradouro**

Fortalecer a integração entre as políticas de saneamento, habitação e mobilidade, articulando os programas voltados ao saneamento básico e à habitação por meio de ações coordenadas que considerem o planejamento urbano integrado, garantindo maior efetividade dessas políticas públicas tanto em áreas urbanas quanto rurais.

### **5. Proposta Aditiva 05 — São João do Tigre**

Assegurar a universalização do acesso à água potável e ao esgotamento sanitário, especialmente para municípios de pequeno porte e regiões do semiárido, priorizando financiamento público, fortalecimento dos consórcios públicos, adoção de subsídios cruzados e parcerias público comunitárias para garantir o direito à água e ao saneamento básico.

### **6. Proposta Aditiva 06 — Campina Grande**

Fortalecer a política de financiamento tripartite de gestão de resíduos;

### **7. Proposta Aditiva 07 — Serra Branca**

Implementar o cofinanciamento federal da Política Nacional de Resíduos Sólidos e elaborar o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

### **8. Proposta Aditiva 08 — Serra Branca**

Instituir mecanismos permanentes de financiamento federal que garantam a implementação efetiva da Política Nacional de Resíduos Sólidos, assegurando apoio técnico e financeiro aos estados e municípios para elaboração e execução dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos, com foco na sustentabilidade, na inclusão socioprodutiva e no fortalecimento da economia circular.

### **9. Proposta Aditiva 09 — Cajazeiras e Tenório**

Buscar investimentos junto aos governos Estadual e Federal para implementação de saneamento básico e fornecimento de água potável, criando e financiando programas específicos para as periferias mediante PPPs e com ONGs.

### **10. Proposta Aditiva 10 — Salgado de São Félix**

Fortalecer a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

### **11. Proposta Aditiva 11 — Aparecida e Santa Cruz**

Priorizar políticas públicas para segurança hídrica em municípios do Semiárido, com financiamento federal para tecnologias sociais de acesso à água, como cisternas, sistemas agroecológicos, irrigação eficiente e bioáguas, tanto para consumo humano quanto para produção agrícola familiar;

### **12. Proposta Aditiva 12 — Marcação**

Financiar a implantação do saneamento básico municipal nos municípios que possuam Plano Municipal de Saneamento Básico e Conselho Municipal de Saneamento Básico, garantindo acesso à água potável, coleta e tratamento de esgoto, manejo adequado de resíduos sólidos e drenagem urbana

### **13. Proposta Aditiva 13 — São José do Sabugi**

Fortalecer o financiamento para consórcios intermunicipais de saneamento.

### **14. Proposta Aditiva 14 — Passagem e Ouro Velho**

Desenvolver um programa de apoio financeiro para implementação de sistemas autônomos de tratamento de esgoto e reaproveitamento de água em regiões sem acesso à rede pública, com foco em sistemas individuais por residência que permitam o tratamento do esgoto doméstico no próprio terreno, especialmente em áreas rurais ou locais desprovidos de rede coletiva, antes do lançamento no meio ambiente.

### **15. Proposta Aditiva 15 — Campina Grande**

Instituir política de incentivo à preservação de solo natural em imóveis, lotes e/ou terrenos públicos ou privados para garantir a infiltração de águas pluviais.

### **16. Proposta Aditiva 16 — Campina Grande**

Criar política de monitoramento e adequação da qualidade da água dos corpos hídricos;


### **17. Proposta Aditiva 17 — São Francisco**

Adotar um sistema de gestão integrada da água, abrangendo água, esgoto e drenagem na escala de bacia urbana.

### **18. Proposta Aditiva 18 — Borborema**

Fortalecimento do Marco Legal do Saneamento Básico: Estabelecer metas claras para expansão do saneamento e mecanismos de financiamento para projetos em áreas vulneráveis.

### **19. Proposta Aditiva 19 — Campina Grande**



Criar sistema de monitoramento e alerta das áreas de risco de inundação e alagamento;

**20. Proposta Aditiva 20 — Campina Grande**

Implantar e/ou melhorar as infraestruturas de manejo de águas pluviais das áreas de risco de inundação e de alagamento;

**21. Proposta Aditiva 21 — Campina Grande**

Ampliar o controle urbano sobre a impermeabilização do solo considerando as normas urbanísticas;

**22. Proposta Aditiva 22 — Campina Grande**

Fortalecer a participação e controle social sobre as políticas de saneamento a partir dos Concidades municipais, estaduais e nacionais.

**23. Proposta Aditiva 23 — Campina Grande e São João do Cariri**

Promover o fortalecimento das capacidades municipais na elaboração de projetos para captação de recursos para os investimentos em saneamento;

**24. Proposta Aditiva 24 — Pedro Régis**

Criar um Programa Nacional de Segurança Hídrica para municípios nordestino, contemplando o mapeamento das fontes hídricas, modernização e ampliação de cisternas

**25. Proposta Aditiva 25 — São João do Cariri**

Desenvolver uma plataforma nacional para obtenção de dados georreferenciados sobre saneamento básico.

**26. Proposta Aditiva 26 — Serra Branca**


Fortalecer a política federal de abastecimento de água para o semiárido, com foco na ampliação e universalização do acesso à água potável, por meio do desenvolvimento de estratégias e linhas de financiamento específicas para regiões com escassez hídrica, em especial o semiárido nordestino. A ação deve garantir a ampliação de sistemas adutores, a perfuração de poços, a implementação de tecnologias de convivência com o semiárido e a instalação de sistemas descentralizados de captação e abastecimento

**27. Proposta Modificativa 01 — Marizópolis**

Expandir o acesso à coleta e tratamento de esgoto em áreas urbanas de pequenos municípios. Fomentando tecnologias alternativas de tratamento, como fossas sépticas biodigestores, bacias de evapotranspiração, entre outros. Apoiar financeiramente e tecnicamente os municípios de menor porte, com capacitação, projetos piloto e financiamento acessível e reduzir impactos ambientais e riscos à saúde pública, promovendo o saneamento como vetor de inclusão social e dignidade.


## **PROPOSTAS ESTADUAIS**

1. Ampliar a integração entre as políticas de saneamento, habitação e mobilidade, fortalecendo a articulação entre os programas estaduais voltados ao saneamento básico e à habitação por meio de ações coordenadas que considerem o planejamento urbano integrado, garantindo maior efetividade dessas políticas públicas tanto em áreas urbanas quanto rurais. (Cajazeiras, Curral de Cima e Pedra Lavrada)
2. Implementar obras e programas de saneamento nas cidades pequenas (municípios com menos de 50 mil habitantes), expandindo o acesso à coleta e tratamento de esgoto em áreas urbanas mediante o fomento a tecnologias alternativas como fossas sépticas biodigestoras, bacias de evapotranspiração e sistemas similares. (Caldas Brandão, Marizópolis e São José do Sabugi)
3. Apoiar financeiramente e tecnicamente os municípios de menor porte, com capacitação, projetos piloto e financiamento acessível e reduzir impactos ambientais e riscos à saúde pública, promovendo o saneamento como vetor de inclusão social e dignidade. **(Marizópolis)**
4. Elaborar Plano Estadual de Saneamento Integrado no planejamento do território. (Jericó e São João do Cariri)
5. Investimento estadual em sistemas simplificados de abastecimento, cisternas de primeira e segunda água e pequenas adutoras; (Uiraúna)
6. Garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, com prioridade para favelas e comunidades urbanas e rurais, assegurando o abastecimento de água potável e serviços de saneamento como condições essenciais para a saúde, moradia digna e desenvolvimento sustentável das cidades (Aguiar e Campina Grande)
7. Revisar a Lei Estadual de regionalização dos serviços de saneamento básico para garantir a sustentabilidade econômica e financeira dos municípios paraibanos, implementando e ampliando o planejamento estadual para gestão regionalizada de resíduos sólidos. (Campina Grande)
8. Criar uma Política Estadual rural de abastecimento de água por SAA (Sistema de Abastecimento de Água – distribuição de água tratada por rede). (Campina Grande)
9. Implantar programa estadual de apoio à segurança hídrica dos municípios do semiárido, com perfuração de poços, construção de adutoras e financiamento para sistemas de irrigação sustentável. (Aparecida)
10. Garantir o consumo regular de água potável e o tratamento de esgoto sanitário nas sedes e comunidades rurais, com investimentos contínuos em



abastecimento e infraestrutura de saneamento básico, utilizando tecnologias adaptadas ao semiárido. (Parari)

11. Prever, a partir da criação de uma Política Estadual de Resíduos Sólidos, a construção de galpões para coleta seletiva, além da instalação de pontos de coleta e tratamento de resíduos sólidos. (Bananeiras e Jericó)
12. Prever cofinanciamento dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) por meio da criação de um programa estadual de apoio técnico e financeiro para a implementação efetiva dos PMSBs, assegurando metas claras e participação social. (Bananeiras)
13. Destinar recursos financeiros para a implantação de sistemas de saneamento básico municipal em municípios que já disponham de Plano Municipal de Saneamento Básico e Conselho Municipal de Saneamento Básico constituído, assegurando: abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgotos, manejo adequado de resíduos sólidos e drenagem urbana eficiente (Marcação)
14. Buscar parcerias com o Governo Federal e organismos internacionais para financiamento; (Uiraúna)
15. Fortalecer a CAGEPA e os consórcios públicos intermunicipais na operação e manutenção dos sistemas de saneamento (Uiraúna)
16. Firmar convênio com o governo estadual através da CAGEPA, para a execução de obras de sistema de esgotamento sanitário com Municípios de pequeno porte (Umbuzeiro)
17. Implementar sistemas de esgotamento sanitário rural familiar para reutilização de água cinza, desenvolvendo soluções de baixo impacto que permitam a coleta, tratamento e reaproveitamento da água cinza gerada nas residências. Além de promover a gestão sustentável dos recursos hídricos, melhora as condições sanitárias e a saúde das comunidades rurais. (Belém do Brejo do Cruz)
18. Estabelecer Consórcios Intermunicipais de Saneamento para administração compartilhada de sistemas de tratamento de água e esgoto, com foco no atendimento a municípios de pequeno porte, garantindo simultaneamente o fortalecimento do financiamento dessas parcerias intermunicipais (Borborema e São José do Sabugi)
19. Criar de sistemas geo-referenciados estaduais de informações sobre saneamento; (Campina Grande)

- 
20. Adotar um sistema de gestão integrada da água, abrangendo água, esgoto e drenagem na escala de bacia urbana. (São Francisco)
  21. Criar política estadual de reuso de efluentes tratados; (Campina Grande)
  22. Universalizar casas com banheiro; (Campina Grande)
  23. Promover a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis no Sertão Paraibano por meio do fortalecimento de cooperativas e associações, estimulando sua organização coletiva e apoiando capacitação técnica e qualificação profissional. (Marizópolis)

## **c) Diretrizes e Propostas para a Política de Mobilidade Urbana da PEDU**

### **PROPOSTAS NACIONAIS**

#### **1. Proposta Aditiva — Aparecida**

Transporte público como direito social e enfrentamento das desigualdades territoriais (p. 33): Acrescentar diretriz que reconheça as especificidades dos municípios de pequeno porte, incorporando o transporte social e escolar como parte da política de mobilidade urbana, com financiamento e suporte federal, além de incentivo à mobilidade ativa e acessível nas áreas urbanas e rurais.

#### **2. Proposta Aditiva — Arara**

Garantir que a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano reconheça e apoie as especificidades da mobilidade urbana, com foco na ampliação e qualificação da infraestrutura para pedestres, ciclistas e veículos de pequeno porte. A política deve incluir ações para construção e manutenção de calçadas acessíveis, sinalização adequada, iluminação pública, melhoria das estradas vicinais e rotas de acesso a escolas, postos de saúde e áreas rurais. Também é essencial garantir a segurança viária e a participação da população na elaboração de planos de mobilidade adaptados à realidade local.

#### **3. Proposta Aditiva — Guarabira e São João do Cariri**

Criar mecanismos que assegurem recursos para os municípios implementarem e executarem o Plano Nacional de Mobilidade Urbana, desenvolvendo diretrizes nacionais simplificadas que promovam debates com a população local e autoridades sobre os objetivos e obras antes de sua implementação

#### **4. Proposta Aditiva — Aguiar**

Criar mecanismos de financiamento federal que promovam o desenvolvimento do turismo científico e da mobilidade urbana, com foco na geração de empregos, ampliação do acesso e melhoria da infraestrutura urbana. Considerando a instalação do Radiotelescópio BINGO em Aguiar, projeto de relevância internacional para a astronomia, é essencial incentivar o turismo científico com a criação de rotas de acesso, sinalização adequada, qualificação profissional, estrutura de acolhimento, transporte e inclusão produtiva local.

#### **5. Proposta Aditiva — Boqueirão**

Fomentar/subsidiar os municípios na elaboração e implantação da política de trânsito nos municípios

#### **6. Proposta Aditiva — Belém do Brejo do Cruz e Cuitegi**

Promover a mobilidade urbana sustentável em pequenos municípios, assegurando que os investimentos sejam integrados a políticas de acessibilidade, inclusão de pessoas com deficiência, infraestrutura segura para pedestres e transporte público de qualidade. Além disso, fomentar a educação e a conscientização dos cidadãos sobre trânsito seguro e eficiente, com o objetivo de reduzir acidentes e melhorar a qualidade de vida.

#### **7. Proposta Aditiva — Areia**

Requalificar a infraestrutura de mobilidade urbana nas cidades históricas tombadas, respeitando as limitações e características desses espaços, com foco em acessibilidade, sustentabilidade e ordenamento do tráfego. Para tanto, propõe-se: implementar calçadas acessíveis; requalificar vias, assegurando acessibilidade universal sem comprometer os elementos arquitetônicos e culturais protegidos; priorizar investimentos em transporte público de qualidade; e estabelecer zonas azuis nas áreas centrais.


#### **8. Proposta Aditiva — João Pessoa**

**Estabelecer regulamentação nacional do sistema de bilhetagem, com parâmetros claros de confiabilidade e segurança dos dados, como forma de viabilizar a implementação da tarifa zero**

#### **9. Proposta Aditiva — João Pessoa**

Estabelecer articulações, via DNIT, de representantes das cidades que compartilham trechos urbanos de vias expressas (BR) em regiões metropolitanas, com vistas a projetos para melhorar integração das vias expressas ao tecido urbano das cidades, inclusão dos meios de transporte coletivo e ativo e projetos de segurança viária nos trechos urbanos;

#### **10. Proposta Aditiva — João Pessoa**



Criar programa nacional para implementação de assistência técnica nas principais capitais, com execução direta por funcionários federais ou financiamento para os municípios, contemplando a regularização das calçadas como parte da habitação.

#### **11. Proposta Aditiva — João Pessoa**

Criar vias e requalificar as linhas ferroviárias.

#### **12. Proposta Aditiva — João Pessoa**

Garantir nos transportes públicos coletivos de passageiros urbanos, intermunicipais e interestaduais, a gratuidade aos pacientes acometidos de asma e outras doenças crônicas graves.

#### **13. Proposta Aditiva — Camalaú**

Criar Política Nacional para mobilidade rural nas regiões afetadas pela transposição do Rio São Francisco, incluindo manutenção de estradas vicinais e transporte público adaptado.

#### **14. Proposta Aditiva — São João do Tigre**

Assegurar que parte dos recursos arrecadados com multas de trânsito pelos Departamentos Estaduais de Trânsito seja obrigatoriamente repassada aos municípios para investimentos em mobilidade urbana sustentável, infraestrutura para transporte ativo e educação para o trânsito.

### **PROPOSTAS ESTADUAIS**

1. Criar linhas estaduais de apoio à melhoria da infraestrutura de estradas vicinais que conectam áreas rurais às zonas urbanas, promovendo inclusão territorial e mobilidade.. **(Bananeiras)**
2. Incentivar técnica, financeira e fiscalmente os municípios que investirem em modelos de transporte ativo - como ciclofaixas, bicicletários e sistemas de bicicletas compartilhadas - e apoiar financeiramente aqueles que desenvolverem projetos de mobilidade inclusiva. **(Passagem e São José do Sabugi)**
3. Oferecer apoio técnico e financeiro para elaboração e revisão do Plano de Mobilidade, priorizando a destinação de recursos por parte do Estado para tornar possível esse trabalho. **(São João do Cariri)**
4. Oferecer subsídios para a aquisição de bicicletas e investir em infraestrutura cicloviária intermunicipal **(Borborema)**
5. Implementar programa estadual de sinalização viária e mobilidade rural. **(São José do Sabugi)**

6. Promover o fortalecimento e efetivação do consórcio metropolitano CONDIAM-PB. **(João Pessoa)**
7. Instituir a Tarifa Zero universal na região metropolitana com a retomada das linhas municipais e intermunicipais que foram extintas durante a pandemia e ampliação da frota. **(João Pessoa)**
8. Garantir um Sistema integrado e a diversidade das modalidades de transporte público intermunicipal. **(João Pessoa)**
9. Transbordo intermunicipal, organização de fluxo viário, principalmente de grande porte. (Cajazeiras)
10. Garantir nos transportes públicos coletivos de passageiros urbanos, intermunicipais e interestaduais, a gratuidade aos pacientes acometidos de asma e outras doenças crônicas graves; **(João Pessoa)**
11. Melhorar o acesso rodoviário de todo o trajeto da Serra do Teixeira, entre as cidades de Teixeira e São José do Bonfim. **(Maturéia)**
12. Executar as obras da Estrada que liga Prata a Taperoá, facilitando o acesso regional e o escoamento da produção rural, com impacto direto em Parari e municípios vizinhos. **(Parari)**

#### **d) Diretrizes e Propostas para a Política de Preservação ou Conservação do Patrimônio Histórico-Cultural**

##### **PROPOSTAS NACIONAIS**

###### **1. Proposta Aditiva — João Pessoa**

Fazer um inventário dos imóveis do centro histórico, com categorizações de acordo com a ocupação existente e por nível de tombamento, para destinação e cumprimento da função social da propriedade, destinando-os de acordo a sua vocação, seja, habitacional, comércio, equipamentos públicos entre outros, priorizando as pessoas que residem e trabalham no território;

###### **2. Proposta Aditiva — João Pessoa**

Promover a divulgação dos dados e legislações pertinentes aos centros históricos;

###### **3. Proposta Aditiva — João Pessoa**

Garantir a participação e espaços de debates para pensar políticas e ações para os centros, sobretudo levando em consideração o patrimônio histórico e cultural."



## **PROPOSTAS ESTADUAIS**

1. Articular a efetividade do programa de democratização de acesso aos imóveis da União na Paraíba, coordenados pelo Fórum Estadual no âmbito da SPU; (João Pessoa)
2. Oferecer apoio técnico-jurídico do Estado para a inclusão do reconhecimento dos territórios tradicionais (indígenas e quilombolas) nos Planos Diretores Municipais e nas Leis de Zoneamento Urbanístico.. **(Conde)**
3. Lançar editais estaduais para revitalização de centros históricos urbanos, promovendo a integração entre cultura, memória e desenvolvimento urbano. (Caaporã)
4. Implementar políticas públicas para preservação e manutenção do patrimônio histórico municipal e regional, fomentando o turismo sustentável como estratégia de valorização da cultura local e impulso ao desenvolvimento socioeconômico. (Serraria)
5. Articular as esferas estadual, municipal e federal para assegurar a criação e manutenção de centros culturais destinados aos povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais, respeitando suas especificidades culturais e territoriais (Marcação)

## **EIXO 2: GESTÃO ESTRATÉGICA E FINANCIAMENTO**

### **a) Gestão interfederativa, cooperação e consórcios**

#### **PROPOSTAS NACIONAIS**

##### **1. Proposta Aditiva — Caraúbas, Santa Luzia e São José do Sabugi**

Promover o fortalecimento dos consórcios públicos voltados às políticas urbanas por meio do estímulo à sua formação e do oferecimento de suporte técnico e financeiro aos municípios participantes

##### **2. Proposta Aditiva — Caaporã**

Garantir a participação de Conselhos das Cidades no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU), promovendo a articulação entre os entes federativos e reforçando o papel dos municípios;

##### **3. Proposta Aditiva — São José do Sabugi**

Institucionalizar o SNDU e garantir participação dos pequenos municípios.

##### **4. Proposta Aditiva — Cabedelo**

Otimizar a gestão de instrumentos urbanísticos (outorga, IPTU progressivo, regularização) com tecnologias digitais e atualização cadastral para aumentar arrecadação e destinar parte aos programas habitacionais, reduzindo desigualdades urbanas.

##### **5. Proposta Aditiva — Patos**

Fortalecer a articulação entre União, estados e municípios para garantir uma fiscalização integrada e rigorosa no Programa Minha Casa, Minha Vida, mediante a criação de comitês interfederativos que promovam: o cruzamento de bases de dados sociais e fiscais, o aprimoramento da capacidade fiscalizadora municipal, o estímulo à participação social e a transparência ativa através da divulgação periódica de relatórios.


##### **6. Proposta Aditiva — São João do Cariri**

Criar programa federal de apoio a consórcios intermunicipais de pequenos municípios, com incentivos financeiros, técnicos e jurídicos para gestão compartilhada de serviços urbanos essenciais, em especial saneamento básico, iluminação pública, infraestrutura viária e transporte em regiões conurbadas

##### **7. Proposta Aditiva — São José dos Cordeiros**

Financiar e apoiar a criação de Conselhos Municipais das Cidades, Consórcios Intermunicipais e estruturas participativas, especialmente nos municípios de pequeno porte, como forma de fortalecimento da gestão urbana democrática

##### **8. Proposta Supressiva — Belém do Brejo do Cruz**



Estabelecer um consórcio de desenvolvimento urbano voltado a municípios de pequeno porte, possibilitando o compartilhamento de recursos, conhecimentos e experiências para aprimorar a gestão municipal e fomentar a geração de empregos. O consórcio adotará um modelo de governança interfederativa, com participação ativa dos diversos níveis de governo e atores locais relevantes

#### **9. Proposta Aditiva — São José dos Cordeiros**

Apoiar a interiorização e descentralização dos serviços públicos essenciais, reduzindo a concentração em grandes centros e promovendo equidade territorial.

#### **10. Proposta Aditiva — Uiraúna**

Estabelecer parcerias com o Governo Federal, através do PAC ou de emendas parlamentares.

#### **11. Proposta Aditiva — Campina Grande**

Promover apoio interfederativo para consórcios intermunicipais que atuem no planejamento e gestão integrada para revitalização de corpos hídricos em regiões metropolitanas e bacias hidrográficas comuns;

#### **12. Proposta Aditiva — Campina Grande**

Criação de um programa federal e estadual de capacitação e apoio técnico aos gestores e técnicos municipais para assessorar a gestão de consórcios e governança compartilhada;

#### **13. Proposta Aditiva — Dona Inês**

planejamento urbano descentralizado para minimizar deslocamentos.

#### **14. Proposta Aditiva — Patos**

Constituir consórcios intermunicipais com foco prioritário no saneamento básico, possibilitando aprimorar a gestão dos serviços, permitindo que os municípios consorciados prestem esses serviços de forma direta através da criação de uma autarquia intermunicipal especializada.

#### **15. Proposta Modificativa — Caraúbas**

Suprimir a redação excessivamente genérica sobre apoio técnico e substituindo por diretrizes concretas que estabeleçam: a desburocratização efetiva de editais e programas federais de desenvolvimento urbano com critérios diferenciados para pequenos municípios; a simplificação dos processos de acesso a recursos da União, especialmente para habitação, saneamento e regularização fundiária; e a criação de linhas de financiamento direto, disponíveis não apenas para consórcios ou estados, mas também para municípios individualmente.

#### **16. Proposta Supressiva — Jericó**

Estimular elaboração conjunta de políticas públicas entre municípios da mesma microrregião, por meio da criação de consórcios intermunicipais, objetivando o compartilhamento de serviços públicos, a exemplo da destinação de resíduos sólidos, saúde especializada, entre outros

## **PROPOSTAS ESTADUAIS**

1. Estabelecer mecanismos de cooperação institucional e financiamento público/privado que garantam a viabilidade e execução dos projetos urbanos e ambientais, promovendo parcerias técnicas entre entes federativos e organizações locais. **(Areia)**
2. Criar consórcio Intermunicipal de recuperação dos rios da região metropolitana. (Bayeux)
3. Criar um sistema de escuta e mapeamento das desigualdades socioespaciais no Sertão (habitação, saneamento, mobilidade, acesso a serviços), com participação direta da população local. Além de implantar observatórios regionais da cidade e do campo nos municípios-polo (Patos, Sousa, Cajazeiras e Catolé do Rocha), em parceria com universidades locais **(Belém do Brejo do Cruz)**
4. Criar um programa de desenvolvimento urbano sustentável para o sertão paraibano, que leve em consideração as características e necessidades específicas da região. O programa será baseado em soluções inovadoras e eficientes, que promovam o desenvolvimento urbano sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos **(Belém do Brejo do Cruz)**
5. Estabelecimento de um Observatório Estadual de Política Urbana Participativa: Criar uma plataforma pública online que reúna relatórios, indicadores e casos de sucesso relacionados à participação social na política urbana em todo o estado, além de oferecer cursos e eventos formativos **(Belém do Brejo do Cruz)**
6. Realizar estudo de viabilidade para criação de novos municípios com base em critérios como renda per capita e capacidade de gestão territorial. (Camalaú)
7. Criar o fundo de desenvolvimento regional para os municípios, com a distribuição dos royalties e ICMS **(Caldas Brandão)**
8. Implantação de consórcios regionais para saneamento básico e resíduos sólidos, com foco nos municípios do brejo paraibano. **(Cuitegi)**
9. Apoio na elaboração e revisão dos Planos Diretores Municipais com equipe técnica especializada e suporte das universidades estaduais. **(Cuitegi)**

10. Criar logística integrada entre os municípios circunvizinhos para garantir produtos provenientes da agricultura familiar. **(João Pessoa)**
11. Criar uma Secretaria de Desenvolvimento Urbano Estadual; **(João Pessoa)**
12. Criar uma Secretaria de Articulação Econômica Intermunicipal; **(João Pessoa)**
13. Realizar concurso público para servidores na área de planejamento urbano e regional. **(João Pessoa)**
14. Promover a integração e cooperação entre os entes municipais, a fim de superar limitações estruturais, administrativas e financeiras que essas cidades geralmente enfrentam de forma isolada, visando fortalecer a capacidade institucional e de gestão pública, estimular o desenvolvimento econômico regional, melhorar a oferta e a qualidade dos serviços públicos, reduzir desigualdades regionais e sociais, aumentar a eficiência no uso de recursos públicos e o planejamento territorial e urbano integrado. **(Marizópolis)**
15. Criar ou fortalecer fundos estaduais e recursos específicos para projetos intermunicipais e de desenvolvimento urbano integrado que promovam a articulação entre setores. **(Nova Palmeira)**
16. Viabilizar a criação de linha regular de transporte intermunicipal no trajeto Serra Branca / Parari / São João do Cariri / Campina Grande, com horários fixos nos turnos da manhã (5h30) e da tarde (17h). **(Parari)**
17. Promover a formação de consórcios intermunicipais que priorizam o saneamento básico, com objetivo de trazer melhorias à gestão do saneamento básico, permitindo que os municípios prestem os serviços aos seus consorciados de forma direta mediante a criação de uma autarquia intermunicipal. **(Patos:)**
18. Um estudo de intercâmbio entre os dois estados da Paraíba e Pernambuco, pedras de fogo e Itambé, sobre as questões de saneamento básico e mobilidade urbana. **(Pedras de Fogo)**
19. Implantar programa de incentivo à formação de consórcios públicos com suporte técnico e financeiro aos municípios. **(Santa Luzia)**
20. Criar consórcio intermunicipal do Cariri para garantir e viabilizar o abastecimento de água potável. **(São João do Cariri)**
21. Oferecer assistência técnica e jurídica especializada aos municípios de pequeno porte que desejam formar ou já fazem parte de consórcios intermunicipais. **(São João do Cariri)**
22. Fomentar consórcios intermunicipais para a gestão integrada dos resíduos sólidos. **(São João do Cariri)**

23. Avaliar e priorizar a adesão a consórcios intermunicipais existentes ou a criação de novos consórcios para a gestão de serviços urbanos que demandam escala ou experiência especializada, como a destinação final de resíduos sólidos, a gestão de resíduos da construção civil, ou a manutenção de estradas vicinais. **(São João do Cariri)**
24. Estimular a criação de consórcios e apoiar com assistência técnica. **(São José do Sabugi)**
25. Criar um Fundo Estadual de Apoio à Gestão Urbana, para apoiar participação social, desenvolvimento institucional e projetos de infraestrutura, especialmente nos municípios do semiárido. **(São José dos Cordeiros)**
26. Constituir Consórcios Regionais para Triagem e Destinação de Resíduos, por meio do programa Paraíba Mais Sustentável, fortalecendo a gestão compartilhada de resíduos sólidos. **(São José dos Cordeiros)**
27. Instituir Conselhos Estaduais de Planejamento Climático, com participação social e integração de políticas de mitigação e adaptação climática. **(São José dos Cordeiros)**
28. Fortalecimento da parceria entre os municípios de Uiraúna e Triunfo, com apoio de consórcios intermunicipais. **(Uiraúna)**.

## **b) Gestão das regiões metropolitanas**

### **PROPOSTAS ESTADUAIS**

1. Promover a produção de pesquisas de dados sobre as Regiões Metropolitanas do Estado da Paraíba; **(João Pessoa)**
2. Criar órgão regional que coordene os temas relacionados a região metropolitana de João Pessoa; **(João Pessoa)**

## **c) Controle social e gestão democrática das cidades**

### **PROPOSTAS NACIONAIS**


#### **1. Proposta Aditiva — Alhandra**

Solicitar à União assessoria, formação e financiamento para promover a implantação da Política de Desenvolvimento Urbano nos municípios.

#### **2. Proposta Aditiva — Aparecida**

Tornar obrigatória a existência dos Conselhos Municipais da Cidade para acessar programas federais.

#### **3. Proposta Aditiva — Areia**



Ampliar o acesso à informação e fortalecer os instrumentos de gestão participativa mediante a criação de polos descentralizados e o desenvolvimento de soluções digitais, como aplicativos e plataformas que facilitem a comunicação entre governo e população, promovendo simultaneamente a transparência e o controle social na formulação e acompanhamento das políticas públicas.

**4. Proposta Aditiva — Bernardino Batista e Caaporã**

Implementar um programa permanente de capacitação para os Conselhos das Cidades em âmbito municipal, estadual e federal, com formação continuada de conselheiros em políticas urbanas, saneamento básico e habitação, visando qualificar a gestão local.

**5. Proposta Aditiva — Borborema**

Instituir de um Programa Nacional de Fomento à Inovação em Participação Social Urbana

**6. Proposta Aditiva — Caraúbas**

Orientar a formulação e implementação de programas nacionais de fortalecimento da participação da juventude na gestão urbana, com incentivo à criação de grêmios estudantis, conselhos de juventude e mecanismos de participação direta nos processos de planejamento urbano, regularização fundiária, habitação, meio ambiente e mobilidade.

**7. Proposta Aditiva — Guarabira**

Criar um sistema de integração do Conselho da Cidade, em forma de rede de apoio, para fortalecimento e consolidação da PNDU.

**8. Proposta Aditiva — São José dos Cordeiros**


Implementação imediata do SNDU, regulamentado por lei, garantindo governança federativa, integração de políticas, financiamento permanente e fortalecimento dos Conselhos das Cidades como instrumentos de gestão democrática e controle social da política urbana.

**9. Proposta Aditiva — São José dos Cordeiros**

Criar um Observatório Nacional da Política Urbana, para monitoramento, avaliação, controle social e geração de dados sobre desenvolvimento urbano, infraestrutura, habitação, saneamento e mobilidade, alinhado à transformação digital prevista no texto-base.

**10. Proposta Aditiva — São José dos Cordeiros**

Prever incentivos e bonificações a municípios e estados que implementem práticas comprovadas de gestão democrática,



participação social, transparência e controle social, fortalecendo o SNDU.

### **11. Proposta Aditiva — Serra da Raiz**

Fortalecer institucional e financeiramente os Conselhos Municipais das Cidades e de Desenvolvimento Urbano no âmbito da política nacional de desenvolvimento urbano, garantindo sua autonomia, composição paritária entre poder público e sociedade civil e caráter deliberativo, condicionando a criação e pleno funcionamento desses conselhos como requisito para o acesso a recursos federais destinados às políticas urbanas.

### **12. Proposta Aditiva — São João do Tigre**

Obrigatoriedade da criação, fortalecimento e financiamento dos Conselhos Municipais da Cidade como instância de controle social permanente, conforme estrutura proposta para o SNDU.

## **PROPOSTAS ESTADUAIS**

1. Solicitar ao Estado da Paraíba assessoria, formação e financiamento para promover a implantação da Política de Desenvolvimento Urbano nos municípios. **(Alhandra)**
2. Criar um sistema de avaliação e monitoramento de políticas públicas dos municípios e proporcionar um maior apoio do governo estadual aos municípios. **(Caldas Brandão)**
3. Criação de canal de atendimento presencial ao cidadão. **(Guarabira)**
4. Regulamentar a participação popular nos planos nacionais. **(São José do Sabugi)**
5. Fortalecer os fóruns estaduais de desenvolvimento urbano. **(São José do Sabugi)**
6. Determinar por lei ou decreto estadual calendário fixo anual de audiências públicas temáticas (no mínimo trimestrais por macrorregião), planejadas com conselhos setoriais, movimentos sociais, universidades e órgãos públicos, garantindo divulgação ampla com ferramentas digitais, publicação de relatórios articulados a planos governamentais e priorização de territórios vulneráveis com déficit de infraestrutura **(Uiraúna)**
7. Criação de Corpo Técnico Municipal para atender a demandas das cidades, como entender, compreender e aplicar o PNDU. **(Baraúnas)**

## **d) Financiamento da PEDU**

### **PROPOSTAS NACIONAIS**

#### **1. Proposta Aditiva — Caldas Brandão**

Incluir, na Reforma Tributária, a equidade na distribuição dos recursos

#### **2. Proposta Aditiva — Aparecida, Caaporã Caldas Brandão**

Ampliar os fundos setoriais vinculados à inovação e desenvolvimento urbano, estabelecendo um Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano para municípios de pequeno porte, com repasses não onerosos, assistência técnica e suporte à elaboração de instrumentos de planejamento como Planos Diretores, Planos de Habitação, Regularização Fundiária, Saneamento e Mobilidade, além de criar fundos específicos para o desenvolvimento urbano com repasses fundo a fundo, a fim de garantir autonomia financeira aos municípios, descentralizar a gestão e implementar de forma integrada as políticas urbanas, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) sobre financiamento e articulação federativa, fortalecendo assim a gestão interfederativa e o financiamento da PNDU.

#### **3. Proposta Aditiva — Ouro Velho**


Criação de mecanismos para facilitar o acesso dos municípios a recursos estaduais, federais e internacionais, a exemplo de capacitações para elaboração de projetos, apoio técnico para editais, entre outros.

#### **4. Proposta Aditiva — Caaporã, Parari e São João do Tigre**

Destinar permanentemente 5% do Orçamento Geral da União (OGU) para financiamento direto e contínuo da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) através do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU), com foco em municípios de pequeno porte - especialmente aqueles com menos de 20 mil habitantes e localizados no semiárido - garantindo esses recursos independentemente de adesão a editais competitivos. Os recursos devem financiar projetos estruturantes e assegurar a estruturação urbana, priorizando ações de habitação de interesse social, saneamento básico, mobilidade urbana, segurança hídrica, ordenamento territorial e desenvolvimento urbano sustentável, visando reduzir desigualdades regionais.

#### **5. Proposta Aditiva — Parari**

Criar um programa nacional de cofinanciamento das equipes técnicas especializadas em planejamento urbano e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), com participação dos três entes federativos. O objetivo é viabilizar, especialmente para



municípios de pequeno porte, a elaboração qualificada de projetos urbanos voltados à captação de recursos e à implantação de espaços coletivos integrados, que contemplem conectividade gratuita (Wi-Fi), acessibilidade universal, práticas culturais, esportivas, de lazer e convivência intergeracional.

#### **6. Proposta Aditiva — Pedro Régis**

Criar um programa nacional de cofinanciamento para aquisição de terrenos destinados à implementação de políticas habitacionais, socioambientais e de infraestrutura urbana, com prioridade para municípios de pequeno porte e baixo IDH no Nordeste. Esta ação visa promover reparação histórica das desigualdades territoriais, fortalecer a função social da propriedade e viabilizar a efetivação da PNDU em contextos de fragilidade fundiária.

#### **7. Proposta Aditiva — Pedro Régis**

Garantir apoio técnico-financeiro federal para elaboração, atualização e implementação dos Planos Diretores e das leis urbanísticas dos municípios de pequeno porte, especialmente naqueles com baixa arrecadação e alta dependência do FPM. Essa ação deverá ser realizada por meio de editais periódicos, com repasses diretos e assistência técnica continuada, visando garantir a efetivação dos instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade.

#### **8. Proposta Aditiva — Juazeirinho**


Garantir dotação orçamentária para ampliação e aceleração na execução das políticas públicas voltadas para a urbanização das cidades.

#### **9. Proposta Modificativa — Caraúbas**

Modificar a redação que trata do financiamento da PNDU (Eixo 2 para incluir de forma expressa a necessidade: Criar um sistema de cofinanciamento federativo específico para municípios de até 25 mil habitantes, reconhecendo suas dificuldades operacionais, falta de equipes técnicas e baixa arrecadação. Este cofinanciamento deve priorizar os temas de habitação, regularização fundiária, mobilidade, saneamento e desenvolvimento de planos diretores.

### **PROPOSTAS ESTADUAIS**

1. Criar o fundo de desenvolvimento regional para os municípios, com a distribuição dos royalties e ICMS. **(Caldas Brandão)**
2. Criar, no âmbito do Estado da Paraíba, programa de cofinanciamento para municípios de pequeno porte que desejem contratar equipes técnicas de urbanismo e assistência técnica (ATHIS), conforme a Lei Federal nº



11.888/2008, para elaboração de projetos de espaços públicos multifuncionais. **(Parari)**

3. Financiar, por meio de parcerias com os municípios, a construção de praças públicas com infraestrutura que contemple: Wi-Fi gratuito, acessibilidade universal, espaços de cultura, esporte, lazer e uso coletivo intergeracional. **(Parari)**
4. Criação de programa estadual de apoio técnico e financeiro para elaboração dos Planos Diretores e leis urbanísticas municipais, incluindo capacitação de servidores, modernização dos cadastros imobiliários e sistemas de informações urbanas (SIG). **(Pedro Régis)**
5. Lançar um programa contínuo de capacitação para gestores e técnicos municipais de cidades de pequeno porte, focado em estratégias de captação de recursos federais e estaduais, elaboração de projetos elegíveis para financiamento e aprimoramento da gestão fiscal local. **(São João do Cariri)**
6. Estabelecer um fundo estadual específico para apoiar financeiramente municípios de pequeno porte na estruturação de suas equipes técnicas, na aquisição de tecnologias de gestão e na promoção de arranjos de cooperação interfederativa. **(São João do Cariri)**
7. Financiamento e aporte financeiro para construções de unidades habitacionais. **(Tacima)**
8. Efetivar o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano – FDM instituído pela Lei Complementar nº 59-2003. **(João Pessoa)**
9. Criar linha de financiamento direto para projetos locais. **(São José do Sabugi)**
10. Garantir suporte técnico permanente nos municípios no uso de instrumentos de financiamento urbano previsto no estatuto das cidades. **(Santa Luzia)**

## **EIXO 3: GRANDES TEMAS TRANSVERSAIS**

### **a) Sustentabilidade ambiental e emergências climáticas**

#### **PROPOSTAS NACIONAIS**

##### **1. Proposta Aditiva — Catolé do Rocha**

Melhorar a relação da população com corpos d'água e áreas verdes mediante parcerias entre os governos Federal e Estaduais, com apoio financeiro direcionado tanto a ações políticas - como programas de educação ambiental - quanto a intervenções infraestruturais - incluindo projetos de drenagem urbana e captação de águas pluviais -, em colaboração com universidades, entidades privadas e organizações da sociedade civil.

##### **2. Proposta Aditiva — Bananeiras, Caraúbas e Dona Inês**

Implementar programas federais para geração de energia limpa e renovável nos espaços urbanos, fomentando o uso de fontes renováveis e incentivando tecnologias ecológicas como energia solar, blocos ecológicos e captação de águas pluviais nos municípios, com prioridade para a construção de fazendas públicas de energia solar, iluminação pública sustentável e abastecimento de equipamentos públicos e habitações de interesse social, promovendo práticas sustentáveis e resilientes, além de articular essa ação à política climática, de segurança urbana – por meio da garantia de espaços iluminados – e de economia pública.


##### **3. Proposta Aditiva — São João do Cariri**

Garantir incentivo fiscal e financeiro para projetos de transição energética e economia circular;

##### **4. Proposta Aditiva — Guarabira, Pedra Lavrada, São José de Piranhas, São José dos Cordeiros e Tenório**

Estabelecer uma Política Nacional de Arborização Urbana e Infraestrutura Verde, criando mecanismos para: incentivar o plantio de árvores em construções habitacionais; implementar ações de arborização urbana com gestão profissionalizada, garantia de acesso seguro a áreas verdes e integração com outras políticas urbanas; financiar a implantação de corredores verdes, áreas sombreadas, Soluções Baseadas na Natureza e desenho urbano adaptado ao clima do semiárido; e desenvolver projetos permanentes de plantio e conservação arbórea nas cidades, visando combater ilhas de calor e promover conforto térmico urbano

##### **5. Proposta Aditiva — Juazeirinho**



Propor financiamento da união para revitalização de áreas degradadas ou em desuso para serem utilizadas como espaços verdes e áreas sociais, com a promoção de atividades de lazer, esporte, turismo, cultura e educação.

**6. Proposta Aditiva — Dona Inês e Logradouro**

Proteger mananciais de preservação permanente e parques ambientais, desenvolvendo ações permanentes de reflorestamento em áreas rurais e de preservação ambiental, com foco na recuperação de nascentes e áreas degradadas, além da proteção da fauna local por meio da criação de ninhos e refúgios para espécies ameaçadas.

**7. Proposta Aditiva — Caldas Brandão**

Criar Plano Nacional de Cidades Sustentáveis e Gestão Estratégicas Integradas;

**8. Proposta Aditiva — Itabaiana**

Elaborar Plano de Combate à Desertificação;

**9. Proposta Aditiva — Itabaiana**

Implementar Plano de Recuperação de Áreas Degradadas;

**10. Proposta Aditiva —**

Realizar estudos e a elaborar Planos de Segurança Hídrica com horizonte de 15 anos, focados nos municípios do semiárido, para garantir acesso sustentável à água.

**11. Proposta Aditiva — São José dos Cordeiros**

Realizar estudos e elaborar Planos de Segurança Hídrica com horizonte de 15 anos, focados nos municípios do Semiárido, para garantir o acesso sustentável à água.

**12. Proposta Aditiva — Boqueirão**

Subsidiar os municípios financeiramente e com conhecimento técnico especializado para a elaboração e implementação dos Planos de Riscos Climáticos e Ambientais.

**13. Proposta Aditiva — Itabaiana e Salgado de São Félix**

Elaborar e gerenciar um Plano de Emergências Climáticas, promovendo a sustentabilidade no âmbito do Poder Público através da estruturação de medidas preventivas e ações coordenadas para enfrentamento de eventos extremos relacionados às mudanças climáticas.

**14. Proposta Aditiva — Caaporã**



Instituir Fundo Emergencial Permanente para situações de calamidades;

#### **15. Proposta Aditiva — São João do Cariri e São José do Sabugi**

Criar o Fundo Nacional de Adaptação Climática para municípios de pequeno porte, garantindo maior capacidade de resposta dos municípios mais vulneráveis aos desafios climáticos, com foco especial nas localidades de menor porte que necessitam de apoio específico para implementar medidas de adaptação.

#### **16. Proposta Aditiva — Cajazeiras**

Incentivar a criação de cooperativos de reciclagem priorizando a participação de mulheres, pessoas com deficiência, comunidades e povos tradicionais e população LGBTQIAPNB+ em situações de vulnerabilidade;

#### **17. Proposta Aditiva — Serra Branca**


Desenvolver programas de educação ambiental integrados aos currículos escolares e às atividades das instituições públicas, com a promoção de campanhas permanentes de conscientização ambiental voltadas à população urbana e rural, priorizando as regiões vulneráveis e os territórios periféricos.

#### **18. Proposta Aditiva — Areia**

Promover a sustentabilidade e a resiliência ambiental nas cidades históricas tombadas, considerando suas limitações e particularidades, por meio da implantação de viveiros municipais de mudas nativas em cooperação com instituições locais para recuperação e conservação da vegetação típica, da proteção e recuperação de nascentes e corpos hídricos para preservar a integridade dos recursos naturais, e do desenvolvimento de projetos de educação ambiental focados em reciclagem e práticas sustentáveis adaptados ao contexto local, com priorização de investimentos ambientais em territórios socialmente vulneráveis vinculados às áreas históricas, mapeamento das populações expostas a riscos climáticos considerando as especificidades urbanísticas e patrimoniais, e monitoramento contínuo das metas de redução de emissões e estratégias de adaptação climática compatíveis com a conservação do patrimônio, tudo isso realizado com participação cidadã e foco na justiça climática.

#### **19. Proposta Aditiva — Parari**

Implementar políticas públicas específicas para o enfrentamento das mudanças climáticas nas regiões do Semiárido e Cariri, com foco na adaptação urbana e rural às altas temperaturas e à escassez hídrica, garantindo infraestrutura escolar e de transporte adequada para estudantes da zona rural expostos a extremos climáticos, além de valorizar o trabalho doméstico e dos cuidados exercidos por mulheres



- particularmente em contextos de insegurança hídrica e temperaturas elevadas - como forma de promover justiça de gênero nas ações climáticas e urbanas.

#### **20. Proposta Aditiva — Camalaú e Patos**

Criar um Programa de Fomento ao Ecoturismo Sustentável e à Economia Verde no Semiárido, com o objetivo de implementar políticas de incentivo ao ecoturismo, à educação ambiental e aos negócios sustentáveis nas áreas de turismo, agroecologia e energias renováveis, promovendo a requalificação de áreas de preservação ambiental para uso social, turístico e esportivo sustentável, mediante apoio técnico e financeiro, de modo a fortalecer a geração de renda, o desenvolvimento local e a conservação ambiental na região.

#### **21. Proposta Aditiva — Pedro Régis, São José dos Cordeiros e Sertãozinho**

Implantar políticas específicas para cidades do Semiárido, com foco no combate à desertificação, promovendo a reestruturação produtiva, acesso à tecnologia, segurança hídrica e geração distribuída de energia, integrando essas ações ao desenvolvimento urbano e à adaptação às mudanças climáticas, além de criar um Programa Nacional de Segurança Hídrica para municípios nordestinos que contemple o mapeamento de fontes hídricas, a modernização e ampliação de cisternas e campanhas permanentes de educação ambiental, priorizando comunidades rurais e considerando a adaptação climática e a promoção da resiliência hídrica, fortalecendo paralelamente a agricultura familiar como pilar do desenvolvimento sustentável.

#### **22. Proposta Aditiva — Serra Branca**


Integrar, através de uma Política Nacional de Inclusão Socioambiental, catadores e catadoras de materiais recicláveis à gestão dos resíduos sólidos, reconhecendo-os enquanto agentes estratégicos da política ambiental, promovendo sua inclusão formal nos sistemas de coleta seletiva, com apoio à formação, infraestrutura adequada, aquisição de equipamentos e remuneração pelos serviços prestados, em conformidade com os princípios da economia solidária.

#### **23. Proposta Aditiva — Itatuba**

Inserir, nos Planos Diretores e Códigos de Obras, critérios de sustentabilidade e mobilidade urbana.

#### **24. Proposta Aditiva — Jericó**

Realizar o mapeamento e diagnóstico de áreas ambientalmente sensíveis, viabilizando o georreferenciamento das áreas críticas e o



planejamento integrado de ações intersetoriais para promover melhores condições de vida às populações das zonas urbana e rural do município.

#### **25. Proposta Aditiva — Camalaú**

Mudar legislação sobre extração mineral para redistribuir royalties com foco na melhoria de infraestrutura comunitária, meio ambiente e geração de renda local.

#### **26. Proposta Aditiva — Conde**

A proteção das nascentes urbanas e rurais , promovendo políticas públicas de preservação ambiental nos instrumentos de planejamento urbano.

#### **27. Proposta Aditiva — Parari**

Priorizar investimentos federais em tecnologias e políticas públicas voltadas à segurança hídrica no Semiárido, garantindo a universalização do acesso à água potável tanto na zona urbana quanto rural, com ações específicas para enfrentar a chamada 'seca verde' e assegurar o abastecimento humano e a produção de alimentos na região.

#### **28. Proposta Aditiva — Campina Grande**

Criar e implementar o Parque Nacional do ecótono Mata Atlântica Caatinga nas cabeceiras da Microbacia Riacho das Piabas e Rio Bodocongó, como adaptação e enfrentamento às crises climáticas, a proteção da biodiversidade, e as vulnerabilidades a desastres, garantindo:

- a. a preservação e monitoramento das nascentes, da fauna e da flora;
- b. segurança das barragens e empreendimentos ligados aos SBNs;
- c. implantação de parques lineares intra urbanos; e
- d. a criação de programa de responsabilidade socioambiental dos setores empresariais e das indústrias, com destaque para as pelas ilhas de calor.

#### **29. Modificativa — Pedras de Fogo**

Criar Programa Habitacional Sustentável, promovendo o uso de materiais sustentáveis na construção de moradias pré moldadas

#### **30. Proposta Supressiva — Itatuba**

Inserir, nos Planos Diretores e Códigos de Obras, critérios de sustentabilidade e mobilidade urbana.

## PROPOSTAS ESTADUAIS

1. Promover a criação e revitalização de áreas verdes, corredores ecológicos e praças urbanas em cidades de pequeno porte, visando mitigar os efeitos das altas temperaturas nos períodos mais quentes, reduzir as ilhas de calor urbanas e ampliar a cobertura vegetal. **(Marizópolis)**
2. Implementar um programa integrado de arborização urbana e criação de corredores ecológicos no Alto Sertão Paraibano, contemplando: a elaboração de uma lei estadual de arborização com incentivos fiscais para moradores que mantenham árvores em frente às suas residências; o estabelecimento de viveiros regionais de mudas nativas; a criação de setores especializados por microrregião para promover iniciativas e ações de conscientização sobre arborização urbana; e o aprimoramento do planejamento urbano com foco na redução do impacto ambiental nas cidades da região. **(Aparecida, Baraúnas, Santa Cruz, Santa Luzia e São José do Sabugi)**
3. Criar um programa estadual com garantia de financiamento público para instalação de fontes de energia limpa, especialmente energia solar, em prédios públicos, incluindo a construção de usinas fotovoltaicas, e promover incentivos ao uso de energia solar, blocos ecológicos e sistemas de captação de água da chuva, visando fomentar práticas sustentáveis em âmbito estadual. **(Bananeiras, Gurjão e Umbuzeiro)**
4. Estabelecer mecanismos de cooperação institucional e financiamento público/privado que garantam a viabilidade e execução dos projetos urbanos e ambientais, promovendo parcerias técnicas entre entes federativos e organizações locais. **(Areia)**
5. Criar sistema de drenagem urbana sustentável em áreas de expansão e periferia e implantar corredores ecológicos e agroflorestais, recuperando matas ciliares. **(Mari)**
6. Destinar, de forma permanente, 20% dos recursos estaduais voltados às políticas ambientais especificamente para municípios com até 20 mil habitantes. Os recursos devem ser aplicados no saneamento básico sustentável e reflorestamento de áreas degradadas; **(Logradouro)**
7. Deve-se criar uma usina de resíduos sólidos não-poluente, financiada por meio de incentivos governamentais, fazendo com que a economia circule, garantindo a inovação e a sustentabilidade na gestão dos resíduos da cidade. **(Natuba)**
8. Implantar e implementar o “*recaatingamento*” socioambiental (urbano e rural) **(Santa Luzia)**
9. Garantir apoio técnico e financeiro para recuperação de áreas degradadas e para a preservação dos recursos hídricos. **(São João do Cariri)**
10. Estabelecer projetos de agroflorestas como modelo sustentável de uso do solo, promovendo o financiamento de iniciativas voltadas à implementação de sistemas agroflorestais em territórios rurais e urbanos para recuperação

ambiental, combate à desertificação, garantia de segurança alimentar e geração de renda para agricultores familiares. **(Serra Branca)**

11. Instituir programas específicos de apoio à agricultura no semiárido, com foco na implantação de tecnologias de irrigação sustentável, capacitação técnica e integração com políticas de segurança hídrica e combate à desertificação.. **(Serra Branca)**
12. Mapear territórios municipais visando a recuperação e preservação de nascentes, reservas ambientais legais, com a adequação ao currículo escolar desenvolvendo políticas públicas socioambientais. **(Serra da Raiz)**
13. Promover trilhas ecológicas e circuitos de turismo de aventura em parceria com o Governo da Paraíba e setor de meio ambiente e turismo. **(Camalaú)**
14. Mapear, no estado, áreas urbanas e rurais em situação de risco socioambiental; **(Uiraúna)**
15. Utilizar de técnicas de engenharia natural e Soluções Baseadas na Natureza para estabilização de terrenos e controle de enchentes; **(Uiraúna)**
16. Envolver comunidades locais no processo de planejamento, execução e manutenção dos espaços. **(Uiraúna)**

## **b) Transformação digital e território**


### **PROPOSTAS NACIONAIS**

#### **1. Proposta Aditiva 01 — Arara, Camalaú, Pedras de Fogo e São José do Sabugi**

Promover a transformação digital nos municípios por meio do incentivo ao uso de tecnologias para ampliar a segurança pública, melhorar o acesso a serviços e fortalecer a gestão urbana, apoiando a implantação e modernização de sistemas de videomonitoramento com foco na prevenção e proteção dos direitos humanos, com ampliação de câmeras de segurança em escolas, praças e espaços públicos, fomentando a criação de plataformas digitais para facilitar o acesso a serviços como agendamento de consultas, emissão de documentos e acompanhamento de solicitações, além de instalar pontos de internet gratuita em praças, postos de saúde e escolas e desenvolver ações de capacitação tecnológica voltadas à inclusão digital, especialmente em territórios vulneráveis e zonas rurais.

#### **2. Proposta Aditiva — São João do Tigre**

Garantir a expansão do acesso gratuito e de qualidade à internet em áreas vulneráveis, comunidades rurais e territórios desconectados, estabelecendo essa política como obrigatória e reconhecendo o



acesso digital como componente fundamental do direito à cidade, essencial para promover a inclusão social, fomentar o desenvolvimento econômico local e fortalecer a gestão democrática.

### **3. Proposta Aditiva — Campina Grande**

Armazenamento, sistematização, disponibilização e atualização integrada de informações sobre os territórios e seus habitantes, garantindo que exista um banco de dados disponível para o cruzamento de informações dos sistemas do governo federal.

### **4. Proposta Aditiva — Areia**

Ampliar o acesso à informação e fortalecer os instrumentos de gestão participativa mediante a criação de pólos descentralizados e soluções digitais, desenvolvendo aplicativos e plataformas que facilitem a comunicação entre governo e população, além de promover a transparência e o controle social tanto na formulação quanto no acompanhamento das políticas públicas.

### **5. Proposta Aditiva — Patos**

Desenvolver e implementar uma plataforma digital integrada de ouvidoria, acessível via aplicativo móvel e portal web, para receber e acompanhar demandas relacionadas à mobilidade urbana e saneamento básico, permitindo o envio de fotos e localização geográfica (GPS), com protocolos de resposta padronizados, prazos definidos e interface transparente que possibilite ao cidadão monitorar o andamento de suas solicitações.

### **6. Proposta Aditiva — Serra Branca**

Promover programas federais de fortalecimento institucional para os municípios, assegurando recursos para a contratação de equipes multidisciplinares, aquisição de equipamentos, formação técnica contínua e estrutura física para funcionamento dos órgãos ambientais locais.

### **7. Proposta Aditiva — Boqueirão e Passagem**

Implementar políticas de apoio aos pequenos municípios, subsidiando a instalação de instrumentos digitais e sistemas de governança municipal que qualifiquem a prestação de serviços públicos e a escuta da população, por meio de aplicativos para agendamento de consultas e ouvidorias digitais, além de ampliar e melhorar a infraestrutura de conexão digital nesses municípios.

## **PROPOSTAS ESTADUAIS**

1. Estabelecer convênio com o governo estadual para implantação do Programa Cidade Digital, fazendo com que chegue a população no geral. **(São João do Cariri)**

## **c) Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares**

### **PROPOSTAS NACIONAIS**

#### **1. Proposta Aditiva — Arara**

Incentivar o uso de tecnologias para ampliar a segurança pública, melhorar o acesso da população a serviços e fortalecer a gestão urbana, por meio do apoio à implantação e modernização de sistemas de videomonitoramento com foco na prevenção e proteção dos direitos humanos, ampliando a rede de câmeras de segurança em escolas, praças e espaços públicos.

#### **2. Proposta Aditiva — Ouro Velho**

Implantar destacamentos policiais em todas as cidades, com prioridade para os municípios de pequeno porte que registram elevados índices de violência urbana, garantindo policiamento diário contínuo, especialmente em cidades fronteiriças com alta incidência de tráfico de drogas.

#### **3. Proposta Aditiva — São João do Tigre**

Criar legislação específica para viabilizar a implantação de Guardas Municipais em todos os municípios, com atenção especial aos de pequeno porte, como estratégia para fortalecer a segurança pública local e combater o controle armado de territórios populares por organizações criminosas, garantindo maior presença do poder público nas comunidades.

#### **4. Proposta Aditiva — São João do Tigre**

Implantar uma rede articulada de proteção às mulheres, utilizando seus equipamentos públicos para atendimento psicossocial, jurídico e de acolhimento, garantindo políticas efetivas de enfrentamento à violência.

#### **5. Proposta Aditiva — São José dos Cordeiros**

Estabelecer diretrizes para uma Política Nacional de Prevenção da Violência Urbana e Promoção dos Direitos Humanos, integrando as ações do Ministério das Cidades e Ministério dos Direitos Humanos.

#### **6. Proposta Aditiva — Campina Grande**


Pautar uma política de segurança pública que se insira e dialogue com os territórios, para fortalecer a participação estratégica da sociedade nas políticas de segurança.

## 7. Proposta Aditiva — Camalaú

Unificar as polícias civis e militares em uma força única nacional, com gestão compartilhada e otimização de recursos.

### PROPOSTAS ESTADUAIS

1. Regionalização dos Centros de Controle e Monitoramento por Câmeras de Segurança: Firmar parceria/convênio com os municípios para instalação de centros de controle e monitoramento por câmeras, visando garantir a segurança e a prevenção de crime, permitindo a detecção e identificação de atividades suspeitas ou ameaças, bem como a geração de evidências em caso de incidentes **(Boqueirão)**;
2. Ampliar postos de Polícia Militar nos municípios, para melhorar a segurança pública; **(Caldas Brandão)**
3. Garantir segurança pública dos municípios por meio de financiamento estadual a partir da criação de um Fundo Estadual vinculado à PNDU, para repasses obrigatórios; **(Itapororoca)**
4. Implantar um programa estadual para fortalecimento da segurança pública nos municípios de pequeno porte, especialmente no Sertão Paraibano, por meio da ampliação do efetivo policial, investimentos em monitoramento eletrônico com a instalação de câmeras inteligentes em pontos estratégicos urbanos integradas aos órgãos de segurança, e desenvolvimento de ações de segurança comunitária, visando aumentar a proteção social, inibir ações criminosas, reduzir índices de criminalidade, auxiliar na elucidação de delitos através do fornecimento de dados e imagens para investigações, e ampliar a sensação de segurança na população local. **(Marizópolis e Pedro Régis)**
5. Levantar informações dos territórios, mapeando grupos em situação de riscos visando a criação e ampliação de uma política pública firmada na paz e na justiça social, abrangendo o meio escolar e familiar. **(Serra da Raiz)**
6. Aumentar o efetivo, polícia civil e militar a nível municipal, com rendição dos policiais dentro do Município, ampliar e garantir patrulha rural com rondas nas comunidades, melhorar o canal de comunicação entre população e policiamento, e investir em políticas públicas em caráter preventivo. **(São José de Princesa e Umbuzeiro)**
7. Implantar planos de redução da letalidade policial, promover controle social das polícias e desmilitarização dos territórios populares, com ênfase na construção de territórios de paz, justiça e democracia. **(João Pessoa)**

- 
8. Implantar uma Plataforma de Mapeamento e Monitoramento em Tempo Real para Combate à Degradação Ambiental, Poluição, Violência e Outras Atividades Ilícitas, desenvolvendo uma ferramenta digital integrada que permita: o monitoramento contínuo de áreas vulneráveis; a identificação ágil de autores de infrações ambientais, atos de poluição e demais ações ilegais; a coleta sistemática de evidências; o acompanhamento eficiente das ocorrências; e a rápida intervenção das autoridades competentes, com o objetivo de inibir práticas ilícitas, agilizar a responsabilização dos infratores e fortalecer a aplicação das medidas punitivas previstas em lei. **(Mogeiro)**
  
  9. Implementar ações conjuntas entre a Guarda Civil Municipal e as Forças Armadas no âmbito da segurança pública, utilizando sistemas de videomonitoramento para coibir ações criminosas e controlar armas de fogo, paralelamente à realização de capacitação contínua dos agentes de segurança com ênfase em direitos humanos, mediação de conflitos e atuação comunitária, complementadas por investimentos em educação, cultura e esportes nas periferias, visando reduzir a criminalização da juventude e das comunidades mais vulneráveis. **(Dona Inês)**